

A Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ – *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* – tem o seu número 33 dedicado ao tema: *50 anos da Ditadura no Brasil (1964-1985)*. O propósito é registrar a memória desta etapa recente da história brasileira e a resistência democrática ao arbítrio e ao terror, na recusa a sua naturalização e ao esquecimento. O intuito é o de rememorar o passado e jogar luzes às rotas coletivas gestadas no presente na perspectiva do enraizamento dos valores e institutos democráticos na práxis social.

A “ditadura do grande capital”, nos termos de Ianni (1981)<sup>1</sup>, desenvolve-se como uma contrarrevolução: uma resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da Igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos e frações de classe) à ascensão política da classe operária e do campesinato. Vivemos uma contrarrevolução num duplo sentido: um golpe de Estado contra os operários e camponeses que se transformavam em classes políticas enquanto categoria organizada, consciente e ativa; e uma contrarrevolução “autocrático burguesa”, como alerta Florestan Fernandes, contra a democracia com destruição das prerrogativas de cidadania conquistadas limitadamente entre 1946-1964.

A ditadura militar e burguesa pautou-se sob o lema da *segurança e desenvolvimento*, uma metamorfose de *ordem e progresso*. *Segurança* no sentido de “segurança interna”, voltada ao controle e repressão de toda a organização política, especialmente das classes assalariadas, tendo em vista dar livre curso à acumulação pelo capital monopolista. E *desenvolvimento*, enquanto florescimento das forças de mercado com a predominância da livre-empresa. Assim, a estratégia compreendia tanto a repressão política quanto a superexploração da força de trabalho apoiada numa coligação de tecnocratas e militares no poder. O segredo do “milagre brasileiro” se expressou no cotidiano da classe trabalhadora como excesso de trabalho, baixa remuneração, jornada intensa e extensão do cansaço, esgotamento de energias, pauperização absoluta e relativa, o que também provocou a (re)politização da classe operária e demais segmentos da classe trabalhadora (IANNI, 1981).

<sup>1</sup> IANNI, O. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

O poder de Estado concentrado e reorganizado garante as condições para a formulação e execução de políticas econômicas do governo voltadas aos interesses do capital monopolista, numa profunda articulação entre capital bancário e industrial, em conformidade com interesses imperialistas.

As marcas da ditadura, expressas no desrespeito aos direitos políticos e aos direitos humanos, assim como a resistência democrática se espraiam nas múltiplas dimensões da vida social: nas organizações políticas, no cinema, no teatro, na música, na imprensa, nas lutas estudantis, das mulheres, de operários, de trabalhadores rurais e entre outros sujeitos coletivos que ascendem à cena pública.

Capturar essa tensão entre repressão e resistência democrática no período de 1964 a 1985, no esforço de iluminar a memória coletiva, é o que move a proposta deste número da revista, que também busca estabelecer o contraponto com outras experiências nacionais. O esforço volta-se também para atribuir visibilidade às expressões particulares desta tensão no universo acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro e em suas articulações latino-americanas.

É fundamental frisar que todas as imagens que ilustram esta edição da revista, inclusive a foto da capa, foram cedidas pelo grupo *Memórias Reveladas* e fazem parte do acervo do *Arquivo Nacional* e do *Correio da Manhã*. Gostaríamos de prestar nosso agradecimento público à Inez Stampa e Vicente Rodrigues que, de forma solidária, pré-selecionaram, para compor este fascículo, diversas imagens que retratam a densidade das lutas e do horror desse período.

O dossiê temático deste número da revista inicia-se com o resgate da memória da ditadura militar, apresentando uma iniciativa que visa congrega e difundir o patrimônio documental do período: o *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas*, criado em 2009 pelo governo federal. O texto é de autoria de Inez Stampa e Vicente Rodrigues. Abrir os arquivos da ditadura e reunir o acervo documental referente ao período, sob a guarda do Arquivo Nacional, implica tratar a memória social e política como um bem público. Estas medidas são da maior relevância histórica para impulsionar a justiça de transição no Brasil, enquanto campo teórico e prático no enfrentamento de legados repressivos, nas particularidades que assume no país, que inspira iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade, a Lei de Acesso às Informações, além do *Memórias Reveladas*.

Durante a autocracia burguesa, a perda de direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores deu-se via repressão e cooptação. Também marcaram presença um conjunto de resistências ao arbítrio, que impulsionou o fim do regime de exceção, cujo marco legal foi a promulgação da Carta Constitucional de 1988. A abordagem desta temática, de autoria de Cleier Marconsin, com foco na legislação trabalhista e sindical,

é acompanhada do resgate histórico da trajetória da luta dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus direitos de cidadania nos séculos XIX e XX.

São também consideradas as políticas estatais da ditadura para os trabalhadores da construção civil em suas relações com os interesses do empresariado do setor, especialmente os empreiteiros de obras públicas. Procura-se, com este texto de autoria de Pedro Henrique Pedreira Campos, atribuir visibilidade às condições de trabalho nos canteiros de obras, formas de organização dos operários e limitações impostas à sindicalização e mobilização. As condições de segurança e saúde do trabalhador, o elevado índice de acidentes de trabalho no período, acompanhados da culpabilização das vítimas, tiveram como reação greves, revoltas e quebra-quebras nos canteiros de obra.

A trajetória dos trabalhadores brasileiros durante a ditadura, seu processo de mobilização e organização, assim como suas entidades representativas são dimensões discutidas por Marco Aurélio Santana. O autor evidencia que o ocultamento de tal trajetória, seja no sentido da resistência ao regime militar, seja no seu apoio, produz o quase esquecimento sobre a classe trabalhadora que passa a ser vista como uma “classe fantasma” da qual o debate teórico e político pretendia se distanciar. Realiza-se aqui um breve balanço dos estudos referentes a esta temática, assim como abre-se uma agenda de questões que desafiam a pesquisa.

No período anterior ao Golpe Militar, o Movimento de Educação de Base (MEB), tal como analisado por Luiz Eduardo W. Wanderley, estava voltado à educação popular para camponeses e trabalhadores rurais, mediante aulas radiofônicas, cursos de formação e eventos. Com o propósito de educar para transformar, a partir de uma pedagogia da participação popular, pretendia-se impulsionar a consciência histórica, a conscientização, a politização e a animação popular, o que é também presidido por algumas ambivalências, objeto de discussão.

Na esfera da cultura, tem-se uma reconstituição da memória do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, em texto de autoria de Willian Berger, que visa apresentar, de forma breve, o caráter revolucionário do teatrólogo, de sua obra e de seu ativismo político, que vão de encontro ao período vivenciado na Ditadura Militar no Brasil.

O dossiê temático deste número da *Revista Em Pauta* aborda também desdobramentos da Ditadura Militar brasileira na América Latina, especialmente na Argentina, sob a ótica da política comparada que prioriza as lutas a partir da perspectiva da justiça social e da resistência, tema tratado por Arturo Fernandez. Mediante decisiva influência dos Estados Unidos, o período é presidido pela Doutrina de Segurança Nacional, pela instauração de um regime civil-militar voltado ao desenvolvimento do mercado e que impulsiona o incremento da ciência e da tecnologia. Impõe o “disciplinamento social” e o terrorismo de Estado, emergindo no seu verso vozes e forças de resistência. Busca-se identificar as particularidades deste processo

no país e os pontos comuns com outras experiências na região sul americana. Registra a existência do “Plano Condor”, um acordo de cooperação entre as Forças Armadas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, que atuou de forma efetiva, em quaisquer desses países, através da tortura, assassinato e desaparecimento de cidadãos considerados subversivos.

Na Argentina, no contexto da crescente radicalização ideológica da juventude contra a ditadura militar encabeçada pelo General Onganía, emergem distintas frentes e grupamentos estudantis, de orientação maoísta, que rompem com os partidos comunistas e socialistas e são aqui mapeadas. Tais iniciativas, apresentadas por Adrián Celentano, participam da luta contra a ditadura e do retorno do peronismo ao poder por meio de movimentos insurrecionais de 1969-1971, que travaram, ainda, uma forte disputa no interior das instituições acadêmicas e científicas.

O debate sobre Serviço Social contempla o processo de renovação do Serviço Social no Uruguai, no período da ditadura militar naquele país (1973-1984), em artigo de autoria de Luis Acosta. Este processo inicia-se em 1966, ano em que ocorre a aprovação do novo currículo da Escola Universitária de Serviço Social (Universidad de La República – UDELAR), única, então, existente no país e que contou com forte presença de resistência estudantil. Nesse mesmo ano, é realizado o II Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, em Montevidéu. O ciclo de renovação aqui tratado, concluí-se com o encerramento da Escola Universitária de Serviço Social, seguida da criação do Departamento de Trabalho Social na mesma Universidad de la República.

O diálogo entre o Serviço Social português e brasileiro, a partir da década de sessenta, é tratado na sessão À Parte da revista, por Alcina Maria de Castro Martins e Virgínia Alves Carrara. O texto discute a internacionalização da educação superior que se torna imperativa na atualidade e recupera as relações internacionais estabelecidas entre Portugal e Brasil, no âmbito da formação e qualificação em Serviço Social.

A entrevista neste número é realizada com a professora universitária e assistente social Maria Helena Tenório de Almeida. A partir da recuperação de fragmentos da sua trajetória de vida, a entrevista reconstrói a memória das opções, percursos, contingências e lutas que formaram a trajetória de Maria Helena antes e depois de 1964. A entrevista revela a profusa experiência de formação humana e democrática de Maria Helena, anterior ao golpe militar, que se expressa no âmbito da vida cotidiana quando de sua socialização no universo familiar no interior rural de Pernambuco, na participação no Movimento de Educação de Base (MEB) e no movimento da Juventude Estudantil Católica (JEC). Os tempos da memória e da história social da entrevistada se entrelaçam aos tempos da sociedade e produzem uma rica experiência de resistência à ditadura, que permite resgatar a memória desse período e a participação dos assistentes sociais na

resistência democrática e na construção crítica ao conservadorismo da profissão.

A homenagem de vida deste número da revista *Em Pauta* é dedicada ao Frei Betto, por sua trajetória em defesa dos direitos humanos, da democracia e denúncia aos arbítrios da ditadura.

As resenhas incidem sobre dois livros, recém-lançados, voltados à ditadura militar: sua reconstituição histórica: *Pequena História da Ditadura (1964-1995)* Ed. Cortez, de autoria de José Paulo Netto, em resenha de Maria Elizabeth S. Borges; e suas repercussões na universidade brasileira: *As Universidades e o Regime Militar*, Ed. Zahar, de autoria de Rodrigo Patto Sá Mota, em resenha de Carla do Nascimento Santos Morani.

O ano de 2014 marca os 50 anos do golpe militar e o tema ganha força não só pelas tristes lembranças que esse aniversário traz, mas também pela quantidade de revelações que surgem desse processo. Nessa perspectiva, a *Em Pauta* cumpre um importante papel de resgate dessa memória e da história social, ao contribuir para a divulgação dos fatos invisibilizados e silenciados pela história oficial de nosso passado ditatorial. É necessário um acerto de contas público com esse passado para que ele nunca mais retorne.

*Equipe Editorial*



The journal of UERJ's Faculdade de Serviço Social, *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, dedicates its 33<sup>rd</sup> issue to the theme: *50 years since dictatorship in Brazil (1964-1985)*. It aims to register the memory of this recent stage in Brazilian history and the democratic resistance to arbitrary power and terror, refusing to accept and forget them. The goal is to remember the past and shed light on the collective routes engendered in the present which attempt to consolidate democratic values and institutes in the social praxis.

The "dictatorship of big capital", as defined by Ianni (1981)<sup>1</sup>, develops as a counterrevolution. It was a response to the political ascension of the working class and the peasantry, coming from the financial and monopolist bourgeoisie, associated with sections of the middle class, the Church, the military, the police, landowners, bureaucrats, technocrats and other groups and class fractions. This counterrevolution is manifested in two senses. First, it was a coup d'état against the transformation of workers and peasants into a political class, an organized, conscious and active group. And also, as an autocratic, bourgeois counterrevolution against democracy, as Florestan Fernandes pointed out, putting an end to the prerogatives of civil rights, however limited they were, acquired between the promulgation of the 1946 Constitution of Brazil and the Military Coup of 1964.

The military and bourgeois dictatorship worked under the motto of *Segurança e Desenvolvimento* (Security and Development), a modification of *Ordem e Progresso* (Order and Progress), Brazil's national motto. "Security" was used in the sense of "internal security", focusing on control and repression of any and all political organization, especially of the working classes, and giving free rein to accumulation by the monopolist capital. And "Development" was taken as the flourishing of market forces, predominantly of the free enterprise. Thus the strategy encompassed both political repression and overexploitation of the work force, based on the coalition of the technocracy and the military in power. The secret of the "Brazilian Miracle" showed itself in the daily lives of the working class as excessive labor, low wages, long workdays and prolonging of fatigue,

---

<sup>1</sup> IANNI, O. A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

depletion of energy, absolute and relative impoverishment. All these factors contributed to the (re)politicization of the working classes (IANNI, 1981).

This concentrated and reorganized power of the state allowed the right conditions for economic policies serving the interests of the monopolist capital to be formulated and executed. These factors show a deep connection between the banking and industry capital, according to imperialist interests.

The marks of both the dictatorship, expressed in the disrespect to political and human rights, and the democratic resistance spread through various dimensions of social life: in political organizations, in cinema, in theater, in music, in the press, and in the activism of students, women, factory and rural workers, and other social actors rising in the public scene.

In an attempt to enlighten the collective memory, the present issue of this journal intends to capture this tension between repression and democratic resistance in the years of dictatorship. Also, it tries to establish a counterpoint in other national experiences. This effort also focuses on giving visibility to particular expressions of this tension in the academic and professional world of Brazilian Social Work and its Latin American counterparts.

It is essential to note that all pictures in this issue of the journal, including the cover photo, were provided by *Memórias Reveladas* and are part of the collection of the *Arquivo Nacional* and the defunct newspaper *Correio da Manhã*. We would like to say thanks to Inez Stampa and Vicente Rodrigues who in solidarity pre-selected, to be part of this issue, several images that depict the complexity of the struggles and the horror of that period.

The opening article of this issue's thematic dossier rescues the memory of the military dictatorship, presenting an initiative created in 2009 by the Brazilian government, the *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas* (Reference Center of Political Struggle in Brazil 1964-1985 – Revealed Memories), which aims to bring together and promote the documentary heritage of the period. The authors of the text are Inês Stampa and Vicente Rodrigues. To open the files of the dictatorship and gather the collections of documents of the period under custody of the *Arquivo Nacional* (National Archives) implies the treatment of the political and social memory as a public good. These measures are of historic relevance, promoting transitional justice in Brazil as a theoretical and practical field to face repressive legacies in the particular forms they assume in this country, and also inspiring initiatives such as the *Comissão Nacional da Verdade* (National Commission of Truth), and the *Lei de Acesso às Informações* (Law on Access to Information).

During the bourgeois autocracy, social and working rights were taken through repression and cooptation. The resistance to arbitrary power was also present, which propelled the end of the authoritarian regime with the legal framework provided by the promulgation of the Constitutional

Charter of 1988. Cleier Marconsin approaches this theme focusing on labor and union laws, and attempts a historical rescue of the trajectory of worker's struggles for recognition of their rights as citizens in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries.

Also considered are the dictatorship's state policies regarding construction workers and the relations with the interests of this sector's business, especially the public works contractors. In his article, Pedro Henrique Pedreira Campos calls attention to working conditions on construction sites, ways in which the workers organized themselves, and limitations imposed on unionization and mobilization. The safety and health of workers, the high rate of accidents in the period, accompanied by the blaming of victims, had as reaction strikes, riots and mayhem at construction sites.

The trajectory of Brazilian workers during the dictatorship, their process of mobilization and organization as well as their representative bodies are issues discussed by Marco Aurélio Santana. The author shows that the concealment of such trajectory, either in resistance to the military regime or in its support, almost cast the working class into oblivion. It is seen as a "ghost class" from which the theoretical and political debate intended to distance itself. A brief overview of studies on this topic is constructed in the article, as it opens an agenda of issues challenging research on the subject.

In the period preceding the Military Coup, as analyzed by Luiz Eduardo Wanderley W., the Movimento de Educação de Base (Movement for Basic Education) promoted popular education for peasants and rural workers through radio lessons, training courses and events. Its mission was to educate to transform, armed with a pedagogy of popular participation, and it intended to improve historical consciousness, awareness, politicization and popular mobilization. It was also riddled with some ambivalence, which is a subject of discussion.

In the cultural sphere, an article by William Berger recovers the memory of Augusto Boal's Theatre of the Oppressed, and aims to present briefly the revolutionary character of the teatrologist, his work and his political activism, which go against what was experienced in the period of the Military Dictatorship in Brazil.

The thematic dossier of this issue of *Em Pauta Journal* also discusses the ramifications of Brazil's Military Dictatorship in Latin America, especially in Argentina. The theme was addressed by Arturo Fernandez from the perspective of comparative politics, prioritizing the struggles regarding social justice and resistance. Under definite influence of the United States, the period is marked by the Doutrina de Segurança Nacional (National Security Doctrine), and the introduction of a civilian-military regime which focuses on market development and drives the growth of science and technology. It also imposes "social disciplining" and state terrorism, causing the emergence of opposing voices and resistance forces. The goal is to identify the specifics of this process in the country and the characteristics it had in common with other experiences in South America. It registers the existence of

the “Plano Condor”, an agreement of cooperation between the Armed Forces of Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay, Peru, and Uruguay, which in effect acted through torture, assassination and the disappearance of citizens considered subversive, in any of these countries.

In Argentina, the growing ideological radicalization of the youth against the military dictatorship headed by General Onganía, gave rise to the emergence of different Maoist fronts and student groups, which parted with the Socialist and Communist parties. Such initiatives, mapped here by Adrian Celentano, participated in the fight against the dictatorship and for the return of Peronism to power through insurrections in the period of 1969-1971, and also fought an intense battle within academic and scientific institutions.

The debate on Social Work includes the process of renovation of the area in Uruguay during this country’s military dictatorship (1973-1984), in an article by Luis Acosta. The process begins in 1966, the year in which the new curriculum of the University School of Social Work (Universidad de la República – UDELAR) is approved. It was the only one in the country and had a strong presence of student resistance. That same year, it was held the II Latin American Regional Seminar of Social Service, in Montevideo. This cycle of renovation concludes with the closing of the University School of Social Work, followed by the creation of the Department of Social Work in the same Universidad de la República.

The dialogue between Portuguese and Brazilian Social Work, from the sixties on, is addressed in the journal’s section *À Parte*, by Alcina Maria de Castro Martins and Virginia Alves Carrara. The text discusses the internationalization of higher education which becomes imperative nowadays, and recalls the international relations established between Portugal and Brazil concerning Social Work training and qualification.

This issue’s interview is held with university teacher and social worker Maria Helena Tenório de Almeida. From the recovery of fragments of her life story, the interview reconstructs the memory of options, paths, contingencies and struggles that shaped the trajectory of Maria Helena before and after 1964. The interview reveals the profuse experience of Maria Helena’s human and democratic formation before the military coup, expressed in the context of her everyday life and family environment in rural countryside Pernambuco, and her participation in the Movimento de Educação de Base and the Juventude Estudantil Católica (Catholic Student Youth). The interviewee’s dimensions of memory and social history intertwine with the dimensions of society and produce a rich experience of resistance to the dictatorship. This allows the rescue of the memory of this period and of the participation of social workers in democratic resistance and a construction of the profession critical to conservatism.

The life tribute of this issue of the *Em Pauta Journal* is dedicated to Frei Betto, for his career in defense of human rights, democracy and denouncing the arbitrary power of the dictatorship.

The reviews focus on two newly-published books about the military dictatorship: a historical reconstruction, *Pequena História da Ditadura (1964-1995)* (Ed. Cortez), authored by José Paulo Netto, in a review by Maria Elizabeth S. Borges; and on its impact on Brazilian universities, *As Universidades e o Regime Militar* (Ed. Zahar), authored by Rodrigo Patto Sá Mota, in a review by Carla do Nascimento Santos Morani.

The year 2014 marks the 50<sup>th</sup> anniversary of the military coup and the subject gains prominence not only by the sad memories this anniversary brings, but also by the amount of revelations that arise on the process. In this way, *Em Pauta* plays an important role of recovering this memory and social history, by contributing to the dissemination of facts made invisible and silenced by the official history of our dictatorial past. A public reckoning with this past is necessary so it never returns.

Editorial Staff